



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de **água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP**, em atendimento as necessidades das diversas Secretarias do Município de São Geraldo/MG.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021)

O fornecimento de água mineral, potável e não gasosa, entregues de forma parcelada, acondicionada em garrações plásticas de 20 litros, conforme normas técnicas exigíveis, justifica-se pelo imperativo de garantir aos servidores, terceirizados e visitantes do Município de São Geraldo/MG, as condições necessárias para o bom desempenho de suas atividades, sendo, portanto, item fundamental à manutenção da saúde e bem-estar dos servidores. A interrupção do serviço em questão causaria graves danos aos consumidores, sobretudo se considerarmos as condições climáticas adversas presentes na região em que o Município está inserido.

O fornecimento de gás GPL justifica-se pela necessidade de preparo diário de bebidas (café e chá) e refeições para o consumo de servidores e demais usuários, em especial os estudantes da rede municipal de ensino de São Geraldo/MG.

Considerando que a demanda é recorrente, cuja interrupção pode provocar prejuízos às atividades das unidades demandantes, bem como o objeto é necessário durante todo o ano, e visando a otimização dos procedimentos de contratação futuros para o objeto, deverá ser formalizado contrato de fornecimento continuado, com vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, conforme artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que haja existência de créditos orçamentários e vantagem à sua manutenção.

Devido às características da contratação, e por se tratar de material de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, já que objeto da contratação não é com cessão de mão de obra e não há complexidade na presente licitação e a entrega do material será em conformidade com a demanda da Município, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

A onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.

O quantitativo de itens foi estimado considerando o histórico de aquisição do Municípios, bem como o aumento no atendimento da prestação de serviços, do quadro de servidores públicos, de novas instalações, etc.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

A não elaboração do Plano Anual de Contratações (PCA) para o ano 2024 decorre das circunstâncias excepcionais que inviabilizaram a conclusão do plano no prazo estabelecido, conforme estipulado no Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. Comprometemo-nos a fornecer informações detalhadas sobre as contratações realizadas e a programação de futuras contratações, reafirmando nosso compromisso com a transparência e princípios legais de gestão pública.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Fundamentação: Descrição dos Requisitos Necessários e Suficientes à Escolha da Solução

De acordo com o inciso III do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a escolha de soluções para a execução de contratos administrativos deve ser fundamentada, detalhando os requisitos necessários e suficientes para a seleção da proposta mais vantajosa. Neste contexto, o objeto da licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de **água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP**, em atendimento as necessidades das diversas Secretarias do Município de São Geraldo/MG.

Capacidade Técnica

Experiência Comprovada: A empresa licitante deve demonstrar experiência prévia no fornecimento de água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP, preferencialmente em contextos governamentais ou de grandes corporações, evidenciando capacidade de gestão eficiente e segura.

Capacidade Financeira

Solvência Financeira: A instituição deve apresentar solidez financeira, comprovada por meio de certidão negativa de falência e concordata da sede da licitante, demonstrando possuir capacidade de cumprir as obrigações financeiras assumidas no contrato.

Proposta Financeira: Apresentação de proposta financeira competitiva que demonstre o benefício econômico para a administração pública.

Conformidade Legal e Regularidade Fiscal

Regularidade Fiscal e Trabalhista: A instituição deve estar em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas, comprovadas por meio de certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

Conformidade com Normas Legais: Estar em conformidade com as normas e regulamentos dos órgãos reguladores, garantindo a legalidade de suas operações.

Autorização de revenda/distribuição da Agência Nacional de Petróleo: Especificamente para os lotes de fornecimento de gás liquefeito de petróleo, a empresa deve estar regular com a Agência Nacional de Petróleo e o Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais.

Qualidade do Serviço – Fornecimento de Água Mineral:

Fornecimento: Os garrações de água mineral deverão ser fornecidos dentro do prazo solicitado em requisição e dentro dos respectivos prazos de validade permitido para consumo do produto.

Armazenamento: Possuir estrutura adequada para armazenamento dos itens em condições de higiene e boa conservação.

Substituição: A empresa licitante deverá substituir os garrações plásticos e/ou fardos que, porventura, estiverem fora das condições de uso ou com defeitos de fabricação, com lacre violado, ou que esteja fora



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



do prazo permitido de comercialização do vasilhame plástico, no prazo máximo de 3 (seis) horas, contado a partir da solicitação.

Qualidade do Serviço – Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo:

Fornecimento: Os vasilhames, contendo Gás GLP (13kg e 45kg), deverão ser fornecidos dentro do prazo solicitado em requisição e dentro dos respectivos prazos de validade permitido para utilização do produto. Ainda, os vasilhames serão fornecidos em perfeito estado de conservação e segurança, não sendo recebidos vasilhames amassados, enferrujados, com lacre violado, ou que apresente vazamento do produto. Caso seja necessária a substituição, essa deverá ser atendida no prazo máximo de 3 (seis) horas, contado a partir da solicitação.

As demais normas aplicáveis a boa execução do serviço.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Conforme determina o inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a administração pública, ao planejar contratações, deve realizar uma estimativa cuidadosa das quantidades a serem contratadas. Esta estimativa deve ser acompanhada de memórias de cálculo e de documentos que lhe confirmam suporte, considerando as interdependências com outras contratações para possibilitar economias de escala.

No contexto da seleção de uma empresa especializada no fornecimento de **água mineral e gás liquefeito de petróleo – GLP**, em atendimento as necessidades das diversas Secretarias do Município de São Geraldo/MG, foi considerado o aumento do quadro de servidores, o aumento da estrutura administrativa e de prestação do serviço público (como uma nova UBS e Escola) e o histórico do quantitativo anteriormente solicitado nos processos administrativo nº 64/2023 e 92/2023, arrolados nestes autos.

Esta abordagem estratégica não apenas assegura o atendimento das necessidades da administração pública de maneira eficaz e eficiente mas também promove a utilização ótima dos recursos públicos, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme estabelecido pelo inciso V do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o planejamento para contratações públicas deve incluir um levantamento de mercado detalhado. Este levantamento visa analisar as alternativas disponíveis e fornecer uma justificativa técnica e econômica robusta para a escolha do tipo de solução a ser contratada. Especificamente, este processo deve:

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.

Logo, a aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21).

Conforme o inciso VI do § 1º da Lei nº 14.133/21, o Município de São Geraldo-MG realizou pesquisa de mercado (Documento arrolado aos autos do Processo) para determinar o valor estimado para a contratação de empresa, com o objetivo de fornecer e gerir os cartões alimentação dos agentes públicos. O valor estimado anual, definido após análise de preços com instituições de mesmo segmento de mercado, reflete as expectativas de qualidade e eficiência desejadas. Documentos de suporte à estimativa podem ser mantidos em sigilo até a conclusão da licitação, assegurando a integridade do processo e condições equitativas para todos os participantes, alinhando-se aos preceitos de transparência e legalidade.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Em observância ao inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, esta fundamentação detalha a solução contratada em sua totalidade, abrangendo não apenas as especificações técnicas e funcionais do serviço mas também as obrigações relacionadas à manutenção e assistência técnica necessárias para garantir a continuidade e a eficácia da solução ao longo do tempo.

Neste contexto, o líquido água mineral natural, sem gás e com gás, objeto da contratação, deve atender às características microbiológicas e não conter concentrações acima dos limites máximos permitidos das substâncias químicas prejudiciais à saúde, estabelecida em Regulamento Técnico próprio, especialmente, a Instrução Normativa nº 60, de 2019, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A embalagem, retornável, deve ser isenta de danos físicos como amassamentos, fissuras ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade da água mineral natural e, ainda, deve atender às especificações da Anvisa e às normas ABNT NBR nº 14.222/2019 - Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa - Garrafão retornável - Requisitos e métodos de ensaio e NBR nº 15.395/2006, que estabelece os requisitos mínimos de qualidade e os métodos de ensaio exigíveis para garrafas sopradas de PET, personalizadas ou genéricas, não retornáveis, destinadas ao acondicionamento de refrigerantes e águas, e em legislação específica.

O rótulo da embalagem deve ser aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), conforme dispõe a Portaria MME nº 470, de 1999.

As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências contidas na Resolução RDC nº 173, de 2006, da Anvisa, e em legislação específica.

Quanto aos vasilhames do botijão e gás liquefeito de petróleo, estes serão fornecidos em perfeito estado de conservação e segurança, não sendo recebidos vasilhames amassados, enferrujados, com lacre violado, ou que apresente vazamento do produto.

As especificações referentes ao envase, fechamento, armazenamento, transporte e certificação devem seguir as exigências da Anvisa, e as contidas em legislação específica.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da Portaria Municipal nº 31/2023).

O objeto a ser contratado é composto por itens que podem ser dissociados, porém, possuem a mesma natureza. Desta forma, os itens foram separados pela sua natureza, em lotes, sem prejuízos do princípio da economicidade e do ganho de escala.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Pretende-se contratar os itens descritos no ETP ao menor preço, com a qualidade e especificações garantidas, visando atender às necessidades do Município de São Geraldo/MG, de forma eficaz e eficiente.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato em termos de infraestrutura, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização. Será organizada internamente a logística de expedição dos pedidos de forma facilitar a fiscalização do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

Não se verifica contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Não se verifica impactos ambientais significativos nesta contratação.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Diante do exposto, a contratação do serviço pretendido mostra-se dotada de viabilidade técnica, operacional e orçamentária, estando também adequada à necessidade identificada na demanda de contratação, observado que:

- O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócios formuladas;
- Os benefícios pretendidos são adequados;
- A contratação se alinha com as finalidades das Secretarias Requisitantes;
- Existem fornecedores no mercado, capazes de atender às demandas propostas e essa solução é viável.

São Geraldo/MG, 03 de maio de 2024.

Jander Jossue Lima Silva
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento